

A IMPORTÂNCIA DE ANALISAR A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Autora: Andréa do Espírito Santo Moreira ¹

Coautora: Reive Guedes ²

Coautora: Zildene Megda de Souza ³

Coautora: Cristina Aparecida Batista Liuti ⁴

Orientadora: Lucimara de Oliveira ⁵

Universidad de La Empresa

RESUMO

A análise aqui explanada, sobretudo, traceja um linear acerca do processo histórico social que acabou por desencadear a necessidade e interposição de um novo modelo de ensino médio, com a decorrente adjunção do sistema escolar de que se tem conhecimento e prática, com a nova proposta de dar ao aluno a opção por uma formação técnico-profissional. Sendo que até 2020 todas as escolas brasileiras terão de incluir as habilidades socioemocionais nos currículos, com essa exigência as escolas terão de adaptar os programas escolares e também cabe nesse momento preparar treino para os professores para poderem ministrar essas novas competências, uma vez que a prioridade não será o cognitivo, com ênfase no comportamento e nas emoções valorizando o mundo ao redor e suas relações. É proposta uma reflexão acerca das diferentes tecnologias a disposição da sociedade, e sobre quais impactos que essas tecnologias acarretam no meio em que é inserida. Discute-se ainda, sobre o perfil dos alunos leitores, a partir do contato com a tecnologia digital, e desse modo à escola é colocada no centro da discussão, quando esta propõe o uso dessa ferramenta como facilitadora da compreensão de diferentes culturas e obviamente no desenvolvimento pleno das habilidades que está inserida na reforma do ensino médio.

Palavras chave: Reforma; Educação; Proposta.

1 Universidad de La Empresa. E-mail: andreaemoreira@globo.com

2 Universidad de La Empresa: E-mail: reiveguedes@bol.com.br

3 Universidad de La Empresa: E-mail: zilcampaneli@bol.com.br

4 Universidad de La Empresa: E-mail: cris_liuti@hotmail.com

5 Mestre em linguística aplicada e estudo da linguagem: E-mail: lucimara.oliveira03@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto central desenvolver um estudo acerca da Reforma do Ensino Médio, com enfoque nas modificações propostas em sua grade curricular e integralidade, conforme proposto pelo MEC nos anos de 2016 e 2017.

A Base vai assegurar os objetivos e direitos de aprendizagem; ou seja, qualquer estudante, em qualquer série, em qualquer escola do Brasil, tem de ter um objetivo e um direito-base de aprendizagem, e é isso que ela procura assegurar (MEC, 2016).

A análise aqui explanada, sobretudo, traceja um linear acerca do processo de diversificação e flexibilização na nova organização curricular e a formulação da estrutura curricular escolarizada, destacando os conceitos de interdisciplinaridade e de contextualização, bem como os acertos e desacertos da proposta curricular atual, e o processo histórico social que acabou por desencadear a necessidade e interposição de um novo modelo de ensino médio, com a decorrente adjunção do sistema escolar de que se tem conhecimento e prática, com a nova proposta de dar ao aluno a opção por uma formação técnico-profissional.

Com o advento da internet e de diversas tecnologias semelhantes, diversas mudanças foram necessárias, não somente no contexto social, como também nas maneiras de interagir, e, sobretudo nos gêneros textuais e nas várias formas que essa leitura circula. Os gêneros emergentes das novas tecnologias colocam em destaque a necessidade de se discutir as novas questões relativas à leitura, uma vez que essa nova leitura exploram um novo conjunto de linguagens. (ROJO, 2009).

Logo se entende que a tecnologia digital, são mais do que ferramentas, correspondem a novas maneiras de organizar, e veicular conhecimentos, desse modo, surgem diversas questões aos educadores, tais quais: de que maneira as escolas de educação básica se comportam frente às tecnologias disponíveis nessa reforma que toda voltada para as modernidades do século XXI. Sendo assim, o

principal objetivo deste trabalho é realizar a reflexão sobre os desafios presentes no âmbito da reforma do ensino médio em todos seus âmbitos principalmente na tecnologia, Logo, o presente texto permite uma discussão mais ampla sobre a reforma e uma reflexão sobre os alunos que saem do ensino fundamental e começam o ensino médio com essas mudanças e ao mesmo tempo encerrar uma adaptação onde todos até o presente momento têm dúvidas. Tecnologias e cognição, passando pelos antigos conceitos de hipertexto, e se finda com a reflexão sobre qual o papel das escolas na formação dos alunos. A imagem abaixo deixa claro que a mudança vai ocorrer de forma que contemple a todos envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

ANALISE E RESULTADOS

A iniciativa foi idealizada de forma a permitir uma rede de relacionamentos com o objetivo de estimular o aprendizado coletivo. É justamente a aprendizagem permanente dos agentes escolares no planejamento curricular, construído coletivamente, que pode melhorar a ação educativa de cada escola de educação média, mas essas são possíveis aversões que há seu tempo será diagramada, elencada como os possíveis fatores de resistência dos professores, acanhados com o novo, e amedrontados no quesito inerente a quebra de paradigmas, num cenário onde fica claro que o MEC terá que rever ou reformular o vestibular bem como o Enem após a reforma entrar em vigor.

A imposição de novos mecanismos didáticos, como forma de estruturar o que há de novo, em raízes ainda um tanto quanto tenras, demonstra-se um desafio impactante para o sistema basilar educacional, que agora vêm a sair das entrelinhas de uma lei para ganhar espaço num panorama historicamente conflituoso, qual seja o sistema educacional com enfoque no ensino médio.

Preocupadas com essa situação, as instituições de ensino realizam projetos na área para contribuir com a qualidade da educação como um todo, influenciar a definição de políticas públicas, melhorar a formação dos futuros universitários ou mesmo incentivar os jovens a seguir uma carreira em determinadas áreas.

O desafio é grande, com isso requer iniciativas de formação de base, para que a educação no Brasil melhore sua qualidade e torne o ensino superior um direito mais acessível. “Sem dúvida se chegou a um consenso no Brasil de que a escola estava assumindo um conjunto de responsabilidades tão



grande, com tantos conteúdos, que não estava dando conta e que os esforços deveriam ser otimizados. A escola tem que fazer escolhas pedagógicas sobre o que importa além dos conteúdos básicos. Numa situação como a que estamos vivendo, num país profundamente desigual, violento, com uma tradição de discriminação muito forte, a opção pelos direitos humanos é muito razoável. Como previsto na Constituição e na Declaração Universal [dos Direitos Humanos], reconhecer que o outro é um sujeito de direitos que você reivindica para si". <http://www.revistaeducacao.com.br/diretor-da-fgv-direito-sp-fala-sobre-desafios-dos-direitos-humanos-na-escola>. O currículo assim considerado é formativo e se constrói a partir de perspectivas do adulto e das crianças. Portanto, o processo de democratização na construção do currículo é essencial, ouvir as crianças, os agentes envolvidos, na decisão curricular. (MACEDO, 2015)

Sendo condição de civilidade, de reconhecer o outro e tratá-lo com correção, que é uma das funções da educação, está inserida dentro de uma gramática de direitos. Com estudos sobre a BNCC acredita-se que para formar cidadãos críticos e participativos no meio, será necessário mais que o básico, mas ter conhecimento sobre a área de formação para ter o máximo de capacidade para atuar com responsabilidade no Meio.

De acordo Coll (2000) os fatos, conceitos, princípios correspondem ao compromisso científico da escola: transmitir o conhecimento socialmente produzido e que, atualmente, melhor respondem à nossa necessidade de explicar leis da natureza ou da vida social, bem como, por extensão, resolver, pela tecnologia, questões de sobrevivência (biológica, cultural, social etc.). Atitudes, normas e valores correspondem ao compromisso filosófico da escola: promover aspectos que nos completam como seres humanos, que dão uma dimensão maior, que dão razão e sentido para o conhecimento científico.

Procedimentos, isto é, habilidades, estratégias e outras formas de ação articulam esses conteúdos no triângulo – objetivos, resultados e os meios de alcançá-los – fora do qual nenhuma aprendizagem da criança ou intenção pedagógica do professor será concretizada, (COLL, 2000, p. 13).

TECNOLOGIAS E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

As tecnologias digitais, aliadas ao fenômeno da globalização trouxeram diversas mudanças muito significativas, não somente no contexto de interações sociais, como também na maneira de lidar com o conhecimento e cada novo ano, as tecnologias circulam ainda mais rápidas. Se de um lado existe uma imensa gama de

artefatos a serem utilizados, tais como os computadores e smartphones, que facilitam com que as informações estejam disponíveis através de um único toque, por outro lado, esse novo conceito de inovação tecnológica, abrem um caminho de diversas possibilidades e perdas, caminhando juntos, e impactando diretamente no processo de aprendizagem e na sociedade de maneira geral.

Sendo assim, se entende que as novas tecnologias trazem um novo contexto cultural e provoca diversas alterações no contexto em que está inserida. As primeiras comunidades humanas centravam todas as suas atenções na comunicação oral. Tudo o que era aprendido, descoberto, bem como as crenças e tradições eram transmitidas a geração posterior por meio da fala, e tinham como ferramenta a memória como principal ferramenta para essa transmissão. A comunicação oral ocorria no mesmo tempo e espaço e a presença física dos interlocutores eram de fundamental importância.

Com o advento da escrita, houve um vasto surgimento de novas tecnologias em relação a anterior, tal qual o papiro, a tinta, o papel, os livros, e a escrita tipográfica, com o passar dos séculos, essas tecnologias evoluíram e vieram a surgir, jornais, revistas e os espaços das bibliotecas, essas novas tecnologias permitiram o livramento de espaço no campo da memória, que não precisavam mais armazenar tantas informações e transformaram a escrita e o papel em registro de memórias, e diversos conhecimentos em grande escala.

A tecnologia da escrita passou a ocupar um papel de destaque em várias sociedades, e possibilitou organizar e regularizar por meio da escrita as normas e regras da nova sociedade chamada de grafo Cêntrica, além disso, a escrita marca não somente a nova forma das relações pessoais como também as relações de poder que se configuram nesse novo espaço instituído por meio da escrita.

Postman afirma, “não é possível confinar os efeitos de uma tecnologia nova em uma esfera limitada da atividade humana”, (POSTMAN, 1994, p. 27). As mudanças segundo o autor tem cunho ecológico, uma vez que promoveram mudanças de maneira geral na sociedade. Desse modo, seria um grande erro pressupor que as novas tecnologias têm efeitos apenas unilaterais, pois da mesma maneira que se ocorreu com a escrita, da prensa tipográfica, da televisão, as novas tecnologias digitais trazem diversos impactos que afetam a linguagem, a cultura e os aspectos cognitivos do homem moderno. Sendo assim, nesse contexto, se entende que diferentes tecnologias digitais, são mais do que ferramentas simples, elas

correspondem a uma nova forma de pensar, organizar, e distribuir conhecimento e educação. Essa evolução no ensino assusta um pouco tanto os alunos quanto aos professores, pois a reforma vem com todas essas novidades que vão fazer parte do currículo para unificar o aprendizado.

Postman explica,

As novas tecnologias alteram a estrutura de nossos interesses: as coisas sobre as quais pensamos. Alteram o caráter de nossos símbolos: as coisas com que pensamos. E alteram a natureza da comunidade: a arena na qual os pensamentos se desenvolvem (POSTMAN, 1994, p. 29).

Sendo assim para se compreender melhor a inter-relação existente entre a cognição, a tecnologia, a cultura e a linguagem, são necessárias voltar nossos olhares para um espaço remoto no tempo, cerca de seis milhões de anos atrás quando as primeiras espécies de homo sapiens andava sobre a terra. A linguagem sempre fez parte da evolução da espécie humana, e seu surgimento proporcionou uma série de revoluções culturais, biológicas e por fim cognitivas ao homem.

A conquista da postura ereta, e o desenvolvimento do cérebro, possibilitaram a liberação das mãos para o uso de ferramentas e utensílios, a melhora da visão, pois a face estava em novo ângulo, proporcionando uma maior facilidade de interação e o uso dos símbolos para o desenvolvimento de uma das primeiras formas de linguagem escrita, e a criação de diversas organizações sociais exemplificam essas mudanças.

Entretanto, a cognição humana é uma nova forma e bastante particular de adquirir conhecimento e se difere muito dos aspectos cognitivos de outras espécies, uma vez que o desenvolvimento dos processos históricos, e genéticos são interdependentes e próprios da espécie humana. (TOMASELLO, 2003).

Apesar de, a espécie dos chimpanzés e a humana terem diversas semelhanças genéticas, a espécie humana se destacou por desenvolver diversas habilidades cognitivas que permitiam criar e conservar desde simples objetos até os meios mais complexos de comunicação. Nossos ancestrais vêm desenvolvendo criações desde a roda do automóvel até os modernos computadores de nossa época, deixando evidente que, a sociedade acumula uma imensa gama de mudanças evolutivas.

O ser humano e o efeito catraca ou evolução cumulativa permanente permite que as novas gerações não recomecem do zero, a modificação acontece por meio

de um processo dialético ao longo do tempo, dessa maneira, os novos conhecimentos são uma plataforma para o conhecimento posterior, esse processo é exclusivo da espécie humana, esse modelo de aprendizagem condiz com os aparatos cognitivos e permitem a constante evolução da espécie.

É importante evidenciar que o processo cultural possibilita a adaptação biológica do ser humano ao novo meio e contexto que o mesmo está inserido, desse modo às habilidades cognitivas são transformadas em habilidade sócias culturais com o desenvolvimento da percepção sobre a coletividade, devido à interação com outros seres humanos. (TOMASELLO, 2003, p.09).

Desse modo, as tecnologias digitais instauram relações sociais e possibilitam que a informação seja vinculada em rede, e colocam em evidencia a necessidade de se lidar com essa nova gama de informações. Essas novas tecnologias proporcionam se articular novas formas de enunciado tais como verbal, visual e sonora por meio das novas tecnologias, a partir da interação coma tela do celular ou do computador. Surge desse modo um novo contexto de linguagem textual, que propõe desafios e novas possibilidades para que o processo de ensino da leitura como uma prática social se estabeleça.

Com a difusão das novas tecnologias, em diversos lócus sociais, surgiu a necessidade de se desenvolver novas habilidades para que se fosse possível lidar com o novo modelo de gênero textual, conforme Xavier explica, “forma híbrida de linguagem que dialoga com outras interfaces semióticas, adiciona e condiciona à sua superfície outras formas de textualidade”, (XAVIER, 2004, p.171).

Os textos digitais podem ser caracterizados pelo seu aspecto não linear, pela nova forma de topografia, pelo acesso irrestrito, e pelos recursos visuais acessíveis, foram essas características que transformaram o conteúdo que anteriormente era meramente virtual, e trouxeram mudanças significativas para os gêneros textuais que circulam de forma impressa em sociedade.

Por consequência, a tecnologia presente na atualidade exige a rediscussão quanto às questões relativas à escrita e a leitura, desse modo, Rojo explica, “se os textos da contemporaneidade mudaram as competências /capacidades de leitura e produção de textos exigidos para participar de práticas de letramento atuais não podem ser as mesmas”, (ROJO, 2013, p.08).

Ainda houve uma intensa transformação nos perfis dos novos leitores e dos

novos autores, com a invenção do computador, foi permitido o uso de novos recursos e diversa intervenção por parte de quem lê, com toda certeza mais do que os suportes impressos ofereciam.

A linguagem escrita e a leitura interagem entre si, através da disseminação de diversas tecnologias, essas novas tecnologias colocam em alerta os antigos modelos de leitura centrados em livros impressos e editores, uma vez que as mídias atuais proporcionando uma maior diversidade de gêneros textuais e permitindo uma produção maior e mais difundida.

Sendo assim, a tecnologia digital trata-se de uma nova forma de proporcionar e veicular conhecimento, a convergência dessas novas tecnologias resulta em novas questões de ensino e aprendizado da leitura, já que com o advento das novas tecnologias não se basta mais somente interagir com o texto impresso.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – Lei 9.394/96, e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, em especial a parte que se refere às Linguagens códigos e suas tecnologias tem como objetivo principal sanar as dificuldades de leitura no final do Ciclo I e Ensino Fundamental. Porém em alguns casos chegam com essa defasagem no ensino médio.

A tarefa de ensinar a ler e a escrever é um compromisso que deve ser assumido pela escola como um todo, ou seja, devem planejar suas ações e adequar as suas experiências de acordo com projeto político pedagógico, conforme a legislação.

Segundo Chartier (1995), "por ser a leitura um objeto comum de múltiplas pesquisas, oriundas de todas as disciplinas, e por continuar sendo uma questão científica esfacelada, a leitura foi e continua sendo a oportunidade para trocas interdisciplinares tão frutíferas quanto imprevistas" (CHAARTIER, ^a M., 1995, p.47).

Falar de possibilidades no contexto educacional, mais precisamente no contexto das Práticas pedagógicas para tecnologias, leva-nos a pensar em mudanças, em quebra de paradigmas mestres que dominaram e/ou ainda persistem em dominar a ordem social vigente, porém, esses, já não dão conta da complexidade vivida atualmente. Petrágia (1995), ao analisar contextos educativos pelo viés da complexidade moriniana, considera que o currículo escolar é mínimo e fragmentado, não oferece uma visão do todo, nem favorece a comunicação e o diálogo entre os diferentes saberes, ou seja, as disciplinas com seus programas e

conteúdos não se integram, não se complementam, dificultando a perspectiva da ideia de conjunto, de interdisciplinaridade e de transdisciplinaridade. Essa autora nos adverte para a necessidade da ruptura entre o paradigma da simplicidade e o surgimento do paradigma da complexidade.

Nesse sentido, Petrágliã (1995), refere-se ao trabalho de Edgar Morin no sentido de provocar a reflexão da educação, pautada na consciência da complexidade presente em toda a realidade, ou seja, é fundamental que o educador compreenda a teia de relações existente entre todas as coisas para que se possa pensar a ciência una e múltipla, simultaneamente. Já sabemos que não tem sentido perguntas tais como: arte ou ofício?; Vocação ou profissão?; Teoria ou prática?. Teoria, experiência, arte, tecnologia, valores e atitudes, todos são ingredientes necessários que, em cada pessoa, são combinados de diferentes modos. Uma concepção moderna da tarefa do professor requer não apenas ampliar certas formulas pré-estabelecidas, como também um exercício profissional competente que inclui autonomia, capacidade de decisão e criatividade.

Entretanto, na prática, devido a uma série de fatores que se analisaram neste estudo, tais como: jornada extenuante de trabalho, conteúdo das disciplinas lecionadas, tempo de serviço docente, condições físicas de trabalho, locomoção, e a falta de incentivo nesta profissão e entre outros .

[...] O reconhecimento de uma competência não passa apenas pela identificação de situações a serem controladas, de problemas e serem resolvidos, de decisões a serem tomadas, mas também pela explicitação dos saberes, das capacidades, dos esquemas de pensamentos e das orientações éticas necessárias. Atualmente, define-se uma competência como a aptidão para enfrentar uma família de situações análogas, mobilizando de uma forma correta, rápida, pertinente e criativa, múltiplos recursos cognitivos: saberes, capacidades, micro competências, informações, valores, atitudes, esquemas de percepção, de avaliação e de raciocínio. (PERRENOUD, 2002, a 19), [...].

O professor tem a tarefa de mediar o processo ensino-aprendizagem e não deve propor atividades com questões que buscam uma resposta singular e nega aos alunos a oportunidade de construção do conhecimento. Essa construção faz com que os alunos sintam-se sujeitos de sua própria história e não meros repetidores e expectadores. Também é necessário discutir o termo virtualização, pois aqui não se trata mais do virtual como modo de ser e sim como “uma mutação de identidade, um

deslocamento do centro de gravidade do objeto considerado: em vez de se definir principalmente por sua atualidade”, assevera Lévy (2011 p.17-18). Nesse conceito, exploram-se as relações espaço temporais e a coletividade, considerando-se assim a diversidade inerente à sociedade contemporânea. Pode-se ainda dizer que a atualização é a reposta do virtual, e a virtualização é a problematização dessa solução – é um repensar de cada posicionamento, respeitado as transformações sociais, linguísticas e culturais, por exemplo.

No que concerne aos textos, observa-se a partir de Lévy (2011), que a virtualização desse ocorre no momento em que se deixa de lado um sentido único, como era propalado por instituições escolares ou livros didáticos, nos quais os discentes eram indagados “O que o autor quis dizer?” e passa-se a relacionar o escrito com outros textos, com o repertório de conhecimento do leitor até chegar a falas de alguns docentes “Esse sentido eu não tinha visualizado ou imaginado”, até porque a significação não existe antes da leitura, ela se constrói ao passo que se lê; sendo uma “construção a se refazer”. Assim,

Do texto, propriamente, em breve nada mais resta. No melhor dos casos, teremos, graças a ele, dado um retoque em nossos modelos do mundo. Talvez tenha servido apenas para pôr em ressonância algumas imagens, algumas palavras que já possuíamos. Eventualmente, teremos relacionado um de seus fragmentos, investido de uma intensidade especial, com determinada zona de nossa arquitetura mneumônica, outro com determinado trecho de nossas redes intelectuais. (LÉVY, 2011, p.37).

Percebe-se coerência com o papel atual da escola, que ressoa desde Piaget para direcionar a educação para um processo construtivo, em que as relações entre conhecimento anterior e posterior , a mediação do docente seja plena e contemplem discursos e imagens. Conforme podemos verificar na citação abaixo:

PLANEJAMENTO É CHAVE:

O uso da tecnologia será mais eficaz se for não aleatório, mas planejado, com objetivos claros de qual impacto pode ter no ensino. Em estudo de julho deste ano sobre eficiência da tecnologia na educação, o Banco Interamericano de Desenvolvimento sugere quatro itens: 1) Focar em objetivos de aprendizado específicos, que podem ser em áreas básicas, como matemática e idiomas, ou em habilidades, como pensamento crítico e colaboração; 2) Coordenar componentes-chave: infraestrutura tecnológica, conteúdo e recursos humanos; 3) Desenvolver uma estratégia de avaliação e monitoramento do projeto, com as etapas a serem cumpridas e o impacto que ele pretende gerar; 4) Garantir que a iniciativa não seja isolada, mas parte de um plano sustentável ao longo do tempo na escola ou na rede de

ensino. (Paula Adamo Idoeta Da BBC Brasil em São Paulo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se colocar em debate a relação entre a sala de aula, as tecnologias digitais e o aprendizado presente na reforma do ensino médio se buscam compreender de que modo essas novas tecnologias impactam na forma de se absorver as informações, de por consequência na gerencia do conhecimento. Logo, esse debate visa refletir sobre quais as possibilidades que essas novas tecnologias trazem para o ensino e aprendizagem no ensino médio uma vez que toda mudança requer sempre uma atenção de todos os envolvidos no processo principalmente na transição do fundamental para o médio. E importante verificar que os limites são necessários e são colocados diante dessa interação, e, sobretudo entender quais são as percepções que os educandos e educadores têm sobre as tecnologias disponíveis ou não nas redes escolares?

Desse modo, parafraseando Postman (1994), é necessário refletir sobre de que maneira os computadores e suas tecnologias afins vão interferir e interagir com nossas concepções acerca do aprendizado, e de que forma elas afetarão a velha concepção de escola. Além de trazer as novas tecnologias a reforma trás também uma série de mudanças que para serem realizadas os professores deverão participar de formações para que a reforma cumpra seu papel real, sendo que algumas habilidades terão que ser incluídas no currículo. A habilidade socioemocional terá um lugar de destaque, principalmente no ensino médio, essa habilidade será muito importante, pois esse momento do ensino e os anseios para vida adulta e da escolha da profissão onde os alunos despertam suas habilidades para uma vida adulta.

Com essa constatação faz-se necessário que os profissionais da área educacional, comprometidos com uma educação de qualidade, estejam buscando caminhos para oferecer a nossos alunos o que há de melhor em educação através da tecnologia. Procurar sempre ampliar as pesquisas nesse tema é muito importante, fica aberta para novas e futuras análises, bem como futuros debates sendo esse um assunto que por hora não se esgota.

REFERÊNCIAS

BRASIL. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. **Linha do tempo**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/linha-do-tempo>>. Acesso em: 27 out 2015.

BRASIL. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. **O que é a Base Nacional Comum Curricular?** Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/o-que>>. Acesso em: 27 out 2015.

BRASIL. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. **Todas as áreas**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/interaja?ac= TODOS>>. Acesso em: 27 out 2015.

BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. **Dos Princípios e Fins da Educação Nacional**. Disponível em: <<http://www.dca.fee.unicamp.br/~leopini/consu/reformauniversitaria/ldb.htm>>. Acesso em: 17 nov 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. (3v.: il).

COLL, César. **Psicologia e Currículo**: Uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. Tradução de Cláudia Schilling. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

LÉVY, P. **O que é virtual?** (tradução de Paulo Neves). São Paulo: Editora 34, 2011.

MARCONI, M. LAKATOS, E. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Z. M. R. Anais do I Seminário Nacional: **Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais**. Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em <http://www.ferroviadaintegracao.com.br/sistemas/pagina/setores/educacao/freiavi/arquivos/2014>. Acesso em 09.06.15.

SOUSA, Jorge Luis Umbelino de. Currículos e Projetos de Formação: Base Nacional Comum Curricular e seus desejos de performance. **Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 8, n. 3, p. 323-334, set/dez. 2015.

SITE: <http://www.revistaeducacao.com.br/diretor-da-fgv-direito-sp-fala-sobre-desafios-dos-direitos-humanos-na-escola>